

Brasil vai aderir à convenção dos direitos humanos

Presidente assinou pacote para comemorar o Dia da Independência

Nas celebrações, foram anistiados estrangeiros ilegais no País

O presidente Fernando Henrique Cardoso assinou ontem um pacote de medidas em defesa dos direitos humanos, numa solenidade nos jardins do Palácio da Alvorada, depois de assistir o desfile de 7 de Setembro, no Setor Militar Urbano. Desde o primeiro ano de Governo, Fernando Henrique dedicou esta data para anunciar medidas na área. Neste ano, ele atendeu a uma antiga reivindicação das autoridades que trabalham na defesa dos direitos humanos e enviou ao Congresso um pedido autorização para o país aderir a Convenção Americana de Direitos Humanos.

O secretário Nacional de Direitos Humanos, José Gregori, disse que esta medida permitirá que todos os fatos lesivos aos direitos humanos, previstos na legislação americana, poderão ser denunciados e examinados pela corte interamericana com direito de defesa do Governo brasileiro. As denúncias podem ser sobre desmandos da polícia nos estados, casos como dos massacre do Carandiru e Eldorado dos Carajás, trabalho escravo e outras crimes contra os direitos humanos que não tiverem uma ação imediata do Governo. "Você nunca adere a uma corte aceitando o efeito retroativo", disse Gregori ao explicar que a denúncia só terá validade a partir da aprovação do Congresso Nacional e ratificação do Governo.

Este trabalho, segundo ele, já é realizado pela Comissão Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos. A diferença é que a corte americana examina casos graves e julga de forma mais

detalhada. "Uma decisão da corte, embora não tenha efeito prático, tem um efeito moral mais grave do que a comissão", disse Gregori. A corte americana pode inclusive aconselhar uma indenização e julgar o Governo que não cumprir uma decisão já tomada. O efeito desta medida, segundo ele, é de mostrar que o governo brasileiro tem interesse em integrar o País cada vez mais nos sistemas internacionais de defesa dos direitos humanos.

No palco armado nos jardins do Palácio da Alvorada, a cantora Olivia Bington interpretou o Hino Nacional e o Presidente condecorou 29 pessoas que se destacaram na defesa dos direitos humanos, entre elas, o arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Salles, Gilberto Gil, Zezé Mota e o cartunista Maurício de Souza. Fernando Henrique chegou ao local acompanhado por dona Ruth Cardoso, que no sábado passou 10 horas no Hospital das Forças Armadas para fazer exames cardíacos. "Eu estou ótima", disse.

O Presidente também anistiou os estrangeiros ilegais no País. O decreto determina que dentro de 90 dias, eles devem procurar uma unidade da Polícia Federal para requerer registro provisório com validade para dois anos, podendo ser prorrogado por mesmo período. No fim deste prazo, poderão solicitar a permanência definitiva no Brasil e a naturalização. A estimativa do Governo é de que 100 mil estrangeiros estão no País em situação irregular.

Outros decretos demarcaram 12 áreas indígenas em Mato Grosso, Bahia, Amazonas, São Paulo e Rondônia, com área total de 765.372 hectares. A extensão das terras demarcadas nos últimos quatro anos, incluindo estas novas áreas, equivale a soma da superfície da Bélgica, Holanda, Suíça, Áustria e Portugal. Os decretos assinados ontem beneficiam cerca de 17.300 índios. O Presidente também concedeu o título da terra a 33 famílias remanescentes do quilombo Itamaoari, em Cachoeira do Pirriá, no Pará.

MARCIA GOMES

Repórter do Jornal de Brasília

MEASURAS ASSINADAS

- mensagem de pedido de urgência ao Congresso Nacional para o projeto de lei que regulamenta o acesso de deficientes físicos a logradouros, edifícios públicos e transporte coletivo. O projeto atenderá 16 milhões de portadoras de algumas deficiência no País.
- pedido de urgência ao projeto de lei que regula o processo administrativo na administração pública federal.
- pedido de urgência ao projeto de lei para instituir penas restritivas de direitos como prestação pecuniária, perdas de bens de valores, recolhimento domiciliar, prestação de serviço. O projeto oferece aos crimes de menor gravidade punição ao infrator sem retirá-los do convívio social.
- mensagem pedindo aprovação para adesão do País a Convenção

Americana de Direitos Humanos, com aplicação e interpretação da Corte Interamericana.

- decreto que cria o Comitê Nacional para os Refugiados (Conari) para decidir, orientar e promover a integração dos refugiados no Brasil.
- despacho que outorga a condição de refugiado no país a Matias Sissé, vítimas de conflitos na Guiné Bissau.
- decreto que regulamenta a concessão de anistia aos estrangeiros em situação ilegal no país.
- decretos que homologam a demarcação de 12 terras indígenas em São Paulo, Mato Grosso, Bahia, Amazonas e Rondônia, num total de 765.372 hectares.
- decreto do título de posse de terra a 33 famílias remanescentes do quilombo Itamaoari, no município paraense de Cachoeira do Pirriá. (M.G.)